

A Sociologia Histórica: rumos e diálogos atuais

Karl Monsma*

Fernando Afonso Salla**

Alessandra Teixeira***

RESUMO

A sociologia histórica aborda processos de mudança e continuidade sociais e revela a arbitrariedade de muitos arranjos sociais. Os clássicos da sociologia focalizavam processos de mudança social e abordagens históricas predominavam na sociologia alemã entre as guerras, mas só reemergiram com força a partir das décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos, onde a nova sociologia histórica focalizava estruturas políticas e econômicas. A partir da década de 1980, a área dialoga com abordagens enfatizando a construção social das identidades, as subjetividades e as representações coletivas, como a história oral, o feminismo ou os estudos pós-coloniais. Atualmente, este subcampo resiste ao reducionismo e prioriza a análise processual de atores e eventos, além das interações de processos sociais distintas. Novas fronteiras na área incluem relações entre reprodução e mudança social, relações entre processos individuais e institucionais e o papel da narrativa na representação e interpretação da realidade social desde múltiplos pontos de vista.

Palavras-chave: sociologia histórica; mudança social; sociologia processual.

* Professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. PhD em Sociologia pela Universidade de Michigan (EUA). Autor do livro *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914* (EdUFSCar, 2016) e de vários artigos sobre questões de escravidão, racismo, imigração e sociologia histórica. Bolsista do CNPq, Produtividade em Pesquisa, Processo 306090/2014-7; Bolsista da Capes, Estágio Sênior no Exterior, Processo 88881.120827/2016-01.

** Doutor em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Pesquisador Associado do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP). Autor do livro *As Prisões em São Paulo (1822-1940)* e vários trabalhos de natureza histórica em Sociologia da Violência.

*** Professora adjunta da Universidade Federal do ABC (UFABC). Doutora e mestre em Sociologia pela USP, e advogada. Autora dos livros *O Crime pelo Avesso* (Alameda editorial, 2016) e *Prisões da Exceção* (Juruá, 2009). Linha de pesquisa: história das práticas de controle e punição.

ABSTRACT**HISTÓRICAL SOCIOLOGY: CURRENT DIRECTIONS AND DIALOGUES**

Historical sociology studies processes of social change and continuity, and reveals the arbitrariness of many social arrangements. The classics of sociology focused on processes of social change, and historical approaches predominated in interwar German sociology, but they only reemerged with strength in the 1960's and 1970's in the United States, where the new historical sociology focused on political and economic structures. Starting in the 1980's, the area engaged in dialogue with approaches emphasizing the social construction of identities, subjectivities and collective representations, such as oral history, feminism and post-colonial studies. Today, this subfield resists reductionism and prioritizes the processual analysis of actors and events, as well as interactions among different social processes. New frontiers in the area include relations between social reproduction and change, relations between individual and institutional processes, and the role of narrative in the representation and interpretation of social reality from multiple points of view.

Keywords: historical sociology; social change; processual sociology.

A sociologia histórica tem sido fundamental para a compreensão de processos de mudança social, especialmente em longa duração. Também há vários outros motivos para pesquisas históricas na sociologia. Um dos mais importantes é compreender a continuidade social. Andrew Abbott (2016, pp. 23-24) enfatiza que o mundo social está em movimento constante. Nada do social simplesmente continua por sua própria inércia. Isso implica que sempre há o risco de mudança, e exige a explicação da reprodução social, na vida cotidiana e de geração a geração.

Craig Calhoun (2003) identifica ainda outras justificativas para a sociologia histórica. Uma é o papel dos estudos históricos em desmentir noções falsas de necessidade social. Pesquisas sobre o presente muitas vezes buscam as “funções” de fenômenos sociais ou motivos racionais pela sua existência, assim subestimando a arbitrariedade dos arranjos existentes. Pesquisas históricas mostram que boa parte do mundo social atual se originou de contingências ou das imposições dos poderosos, não das necessidades da vida em sociedade ou do planejamento racional. Depois de emergir, e mesmo quando são arbitrários, os arranjos sociais geralmente criam uma constelação de grupos interessados na sua reprodução e a tendência de os seres humanos naturalizarem o que já existe

também contribui para a continuidade. Um problema teórico parecido surge do olhar retrospectivo dos sociólogos que buscam as “origens” de alguma instituição ou estrutura social do presente, desconsiderando todas as alternativas que realmente existiam ou eram possíveis no passado, o que, novamente, leva a tendências de exagerar a inevitabilidade dos arranjos sociais do presente.

A sociologia histórica também serve para estudar a proveniência de categorias de pensamento, inclusive nossas categorias sociológicas. Tais categorias não somente descrevem e interpretam o mundo, também entram na constituição do mundo social, e maneiras diferentes de recortar, categorizar e conceptualizar o mundo carregam implicações teóricas e políticas distintas. Uma compreensão histórica e contextualizada da construção das categorias alerta o sociólogo contra o uso ingênuo delas.

Finalmente, a sociologia histórica contribui para superar várias dicotomias, da sociologia atual – entre especificidade e generalidade, entre teoria e pesquisa empírica, entre construtivismo e realismo. Muitas das questões teóricas centrais da sociologia dizem respeito a processos e temporalidades, e a pesquisa histórica permite observações empíricas que se aproximam mais à lógica teórica que as pesquisas sobre um momento no tempo. Conceitos como desenvolvimento, formação de Estados, colonização, democratização, racialização, migração, urbanização, carreira, transição para a vida adulta, formação de famílias e envelhecimento, além de noções mais abstratas como construção social, estruturação ou institucionalização, todos implicam processos no tempo e somente a pesquisa histórica, ou processual, permite observações empíricas pertinentes a esses conceitos.

Atualmente, este subcampo se desdobra em várias frentes de pesquisa, que salientam a análise processual de eventos e da formação dos atores, além das interações complexas entre processos sociais distintos.

A velha e a nova sociologia histórica

Os clássicos da sociologia focalizavam principalmente os processos de mudança social que configuraram o mundo moderno. As análises históricas e comparativas de autores como Marx e Weber foram centrais para explicar a emergência do capitalismo, a racionalização e burocratização da vida mo-

derna, as alterações profundas nas formas sociais existentes antes do mundo moderno. No período entre as guerras, a sociologia histórica chegou a ser a abordagem predominante na sociologia alemã, evidente no trabalho de sociólogos como Max Weber e seu irmão Alfred (1951), Franz Oppenheimer (1914), Werner Sombart (1915; 1967), Karl Mannheim (1936; WOLFF org. 1993) e Norbert Elias, que estudou sob a orientação de Alfred Weber e depois Karl Mannheim, antes do seu exílio. O nazismo dispersou os sociólogos históricos alemães, a maior parte fugindo para outros países, e esta abordagem nunca recuperou a mesma importância na sua terra de origem (STEINMETZ, 2009). Aqueles que se refugiaram no exterior, principalmente nos Estados Unidos, não conseguiram reestabelecer uma escola de sociologia histórica e vários abandonaram esse subcampo. Depois da II Grande Guerra, a sociologia histórica sobreviveu na obra de alguns poucos exilados alemães, como Reinhart Bendix (1974; 1976), nos Estados Unidos, e Norbert Elias, na Inglaterra, além de alguns sociólogos norte-americanos, notavelmente Seymour Martin Lipset (1963; LIPSET; RAAB 1978).

A sociologia histórica só reemergiu com força a partir das décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos. Os pesquisadores dessa primeira onda da nova sociologia histórica norte-americana se rebelavam contra as duas tendências pouco históricas que predominavam na sociologia desse país nas décadas de 1950 e 1960: o funcionalismo parsoniano e a pesquisa empírica positivista e empirista. Também se influenciavam pelos conflitos e movimentos sociais dos anos 60, atraíam-se pelo marxismo, enfatizavam o poder, a dominação e os conflitos, dialogavam com a história social inglesa e francesa, e desprezavam como conservadora a sociologia durkheimiana e cultural. O pioneiro dessa escola, inicialmente centrada na Universidade Harvard, foi Barrington Moore Jr. (1983; 1987), cujo estilo de pensamento pode ser caracterizado como eclético, com ênfase central em poder, conflito e relações de classe, mas, ao mesmo tempo, atento aos detalhes de contextos históricos e sequências de eventos. Os alunos mais conhecidos de Moore, Charles Tilly (1986; 1996) e Theda Skocpol (1979; 1992), preocupavam-se mais que Moore com a legitimação da sociologia histórica frente às vertentes dominantes, especialmente à pesquisa positivista focalizada na análise das relações entre variáveis. Tilly usava métodos quantitativos em várias das suas pesquisas e Skocpol (1979), inicialmente, justificava sua pesquisa comparativa sobre revolu-

ções como uma aplicação dos métodos de concordância e de diferença de John Stuart Mill (1882 [1843]).¹

Com a participação desses pesquisadores, de seus alunos e de outros por eles influenciados, o subcampo da sociologia histórica cresceu e se institucionalizou na América do Norte ao longo das décadas de 1970 e 1980 (CALHOUN, 1996). A ênfase central dessa primeira onda da nova sociologia histórica era estrutural e materialista, focada em um conjunto de questões centrais derivadas, direta ou indiretamente, do trabalho de Marx ou de Weber: as origens do capitalismo, consciência e conflitos de classe, revoluções sociais, a formação do Estado.

A essas contribuições iniciais, acrescentaram-se novos desafios interpretativos a partir dos anos 1970 com os novos movimentos sociais, a importância crescente da política identitária e multicultural, a globalização, o fim da experiência socialista e as mudanças no estado do bem-estar social e nas relações de mercado. A partir da década de 1980, apareceram cada vez mais pesquisas históricas na sociologia que enfatizavam subjetividades, identidades, representações coletivas e outros aspectos simbólicos da vida social, com uma proliferação de objetos empíricos, mas a sociologia histórica nunca perdeu seu foco central em processos de continuidade e mudança. Hoje, o diálogo dessa área está particularmente animado, e às vezes difícil, com abordagens institucionais, feministas e pós-coloniais (ADAMS; CLEMENS; ORLOFF, 2005). A sociologia histórica continua forte nos Estados Unidos, constituindo-se como linha de pesquisa em quase todos os principais departamentos de sociologia daquele país, mas com importantes reflexos em outros países, como a Inglaterra, a Austrália, a Finlândia, a República Tcheca e entre alguns dos alunos de Bourdieu na França (MONSMA, 2016).

No Brasil, abordagens históricas já foram importantes no trabalho de Florestan Fernandes e seus alunos (CARDOSO, 2011; FERNANDES, 1978; IANNI, 1988), mas esse grupo foi dispersado pela ditadura. Na sociologia brasileira que reemergiu a partir do final do regime militar, a ênfase anterior nas mudanças e continuidades sociais em longo prazo parece ter caído no esquecimento. Vários sociólogos pesquisam a história do pensamento social brasileiro, mas este subcampo é muito mais história intelectual que sociologia histórica do Brasil. A área de teoria social continua forte, mas desvin-

1 Para uma discussão maior sobre o trabalho destes autores, ver Monsma (2016).

culada da pesquisa empírica, consistindo principalmente em comentários sobre o trabalho dos grandes teóricos estrangeiros ou teorias derivadas de outras teorias. Enquanto isso, a maior parte da sociologia brasileira hoje se orienta para a análise dos problemas sociais atuais, com a aplicação das teorias internacionais à realidade brasileira contemporânea. Raramente se usa a pesquisa empírica para desenvolver ou apurar a teoria.

Existem até alguns sociólogos brasileiros que afirmam que a sociologia é, ou deve ser, limitada a estudos da sociedade contemporânea. Tal restrição, se levada a sério, constituiria uma proibição à pesquisa sobre a mudança e a reprodução sociais em longo prazo e resultaria na eliminação da sociologia clássica dos nossos cursos, não somente porque os autores clássicos focalizavam a mudança social, mas também porque o mundo que eles tentavam compreender não existe mais. A limitação da sociologia ao mundo atual também implicaria que todas nossas pesquisas se tornariam obsoletas assim que houver alguma mudança no objeto de investigação. Mas hoje, com a evidente fragilidade das instituições democráticas e do modelo de desenvolvimento vigente (e não somente no Brasil!), além da insustentabilidade óbvia das relações humanas atuais com a natureza e da volta da barbárie em várias partes do planeta, fica evidente que as instituições sociais não se mantêm automaticamente e que a direção da mudança social não está predeterminada. Sem uma abordagem histórica e processual, que é a única maneira de apreender a continuidade e mudança social, não temos como entender os fenômenos sociais mais importantes da nossa época.

Apesar da diversidade de temas abordados, a sociologia histórica recente tem se concentrado em questões de complexidade causal e sequências de eventos, ou seja, como processos sociais distintos se combinam e interagem ao longo do tempo e como a ordem dos eventos influencia as possibilidades posteriores. De interesse central são as formas de agência humana e seu papel nos eventos, as mudanças históricas na construção social dos atores individuais e coletivos, as relações mutantes entre conhecimento e poder, a emergência de novos discursos e “regimes de verdade”, as repercussões da interação complexa de atores com distintos entendimentos e estratégias, a reprodução e mudança de instituições sociais na sucessão das gerações, o papel da contingência nos eventos e as consequências de combinações variadas de “mecanismos” sociais.

Diálogos com outras áreas

O desenvolvimento e a diversificação da sociologia histórica abrem oportunidades para diálogos frutíferos com outras áreas de conhecimento e experimentações epistemológicas. Uma dessas áreas é a história do presente, que existe atualmente em duas formulações com arranjos teóricos e metodológicos distintos, embora possam ter temáticas e propostas analíticas que coincidam em muitos pontos: uma é a história do tempo presente proveniente da historiografia francesa desde os anos 1970; a outra é a genealogia, na perspectiva de Michel Foucault. Acreditamos que ambas “correntes” estabelecem um amplo espectro de interfaces com o campo da sociologia em geral e particularmente com a sociologia histórica das últimas décadas.

A história do presente e a memória coletiva

No campo da história, um intenso movimento de renovação, sobretudo na França, ocorreu a partir dos anos 1970 e 1980, com a chamada história do tempo presente. Ao se dedicar a questões contemporâneas, esse movimento de renovação deslocava o escopo das pesquisas que então predominava na historiografia tradicional francesa (história antiga e medieval), questionando o estreitamento de vias de comunicação e cooperação com as demais ciências sociais. Embora muitas vezes a chamada história do tempo presente tenha sua legitimidade questionada por sua “relação incestuosa com o jornalismo” (DOSSE, 2012, p. 6), por seu presentismo, é fato que ela recolocou no centro de seus estudos uma agenda de pesquisa que demanda do historiador “trabalhar com os cientistas políticos, jornalistas, sociólogos, geógrafos, psicanalistas, antropólogos e críticos literários” (DOSSE, 2012, p. 14).

Tal aproximação se deve também aos temas que passaram a ser de interesse nessa renovação do campo historiográfico. Segundo Lagrou (2013), naquele período, a história do presente significou um duplo movimento: uma reabilitação da história política, em meio ao predomínio da escola dos *Anais* e seu peso sobre a história social e econômica; e a emergência de uma “historiografia crítica” dos ‘anos sombrios’, o que significou uma proposta de dedicação da historiografia aos temas do pós-guerra, a perseguição e os

massacres de minorias². Essa preocupação redefiniu também o lugar da memória na narrativa histórica. Deixara de ter relevância a *história* dos heróis nacionais e entrou em cena a *memória* das mulheres, dos migrantes, das minorias, das várias vítimas de perseguições e massacres (armênios, judeus, tutsis). Recolocava-se então o conhecido embate entre história e memória, entre as narrativas elaboradas por intelectuais e o testemunho dos dominados, subalternizados, colonizados e oprimidos.

A memória e as fontes orais ganharam novo estatuto. A relação entre história e memória tornou-se central na “problematização da relação entre verdade e fidelidade” (DOSSE, 2012, p.11). Coloca-se o desafio de ter uma “história social da memória coletiva”, quando se considera a análise, por exemplo, do governo colaboracionista da França com o nazismo, ou a presença francesa na Argélia, a condição humana sob os regimes da ‘cortina de ferro’, as perseguições políticas e extermínio de grupos sociais.

Dosse (2012) faz coincidir os limites da história do tempo presente com a presença dos seus atores, por meio de suas memórias:

A outra importante singularidade da História do tempo presente é a importância de testemunhas em sua construção, ainda mais se definirmos os limites dessa história como tendo que coincidir com a co-presença de seus atores, isto é, com a duração da vida humana. (p. 15).

Recorrer à memória, nesse sentido, significa colocar a história “sob vigilância”, na qual as testemunhas podem contestar os documentos, os registros tradicionais que até então fundamentavam as análises.

A memória coletiva serve como grade de inteligibilidade dos conflitos sociais e políticos contemporâneos. A história oral é um método para a recuperação das vozes e das representações de grupos sociais oprimidos e silenciados, como mulheres, negros (as), minorias étnicas, homossexuais, quilombolas, indígenas, camponeses (as) ou presos (as). A memória pode se contrapor à construção seletiva do passado, por versões oficiais, em contextos e períodos de dominação e violência. Temas como o papel da memória na construção das identidades individuais e coletivas (POLLAK, 1992), os usos da narrativa para compreender a realidade social e as lutas políticas sobre

2 A criação do Institut d'histoire du temps présent (IHTP) em 1978 foi fundamental para a consolidação das pesquisas em torno desses temas.

quais narrativas devem predominar na esfera pública também aproximam a sociologia histórica ao campo da memória coletiva e da memória cultural (ASSMANN; CZAPLICKA, 1995; GIESEN; JUNGE, 2003).

Genealogia

Uma segunda “corrente” de interesse para a sociologia histórica em relação à história do presente foi desenvolvida por Michel Foucault nos seus vários estudos sobre a medicina, a loucura, a punição, a sexualidade, o governo. Sua obra se divide em dois momentos distintos: o primeiro, caracterizado por um método de interpretação da história, que ele designou de *arqueologia* dos saberes (e dos discursos); o segundo, também voltado a uma interpretação crítica da história, porém bastante atento às lutas de poder que marcam o processo de proveniência (e não de origens), que ele designou de *genealogia*.

Nos dois empreendimentos, o que está em jogo é uma forma de acessar o presente através do passado, quer desvendando uma profunda e inconsciente estrutura (episteme) que conforma discursos sobre determinados fenômenos – a loucura, a medicina – em determinadas períodos (arqueologia); quer seguindo o complexo fio da proveniência que desvendará as disputas e os conflitos que influenciaram a emergência e conformação de instituições e práticas contemporâneas, como a prisão, a punição, a sexualidade e a governamentalidade (a genealogia).

Na fase arqueológica de Foucault, obras como *História da loucura* [1961], *O nascimento da clínica* [1963] e *Arqueologia do saber* [1969], ao promoverem a contraposição de diferentes períodos do passado com o presente, permitem denunciar a falsa universalidade e fixidade de conceitos e práticas que se configuram no presente (BAERT; SILVA, 2014). A partir dos anos 70, os estudos genealógicos de Foucault, com especial destaque para *Vigiar e Punir* [1975] e a trilogia *A história da sexualidade*, partem de uma questão disposta no presente e, na busca por sua proveniência, revelam “o processo errático e descontínuo pelo qual o passado se tornou presente: um trajeto descendente, amiúde aleatório, que sugere a contingência do presente e abertura para o futuro” (GARLAND, 2014, p. 84).

É o empreendimento genealógico que propicia a Foucault realizar uma “história do presente”, conceito que na sua obra adquire um significado

próprio, que se opera através da delimitação de um *problema* do presente. Tratar um problema é uma operação muito distinta da eleição de um período ou marco histórico, por exemplo, e implica na reconstituição das forças e das lutas de poder que estiveram implicadas em sua emergência e que conformaram regimes de poder-saber ainda fortes no presente (FOUCAULT, 2003; GARLAND, 2014).

A contribuição das abordagens arqueológica, e sobretudo genealógica, de Foucault para as ciências sociais é bastante significativa para a sociologia histórica. Os estudos do sociólogo britânico David Garland acerca da *sociologia da punição* são um dos exemplos mais importantes dessa influência. Garland empreende uma análise do campo da punição e do controle do crime nos últimos cinquenta anos nos EUA e Grã-Bretanha, interpretando suas mudanças a partir das transformações do Estado social nessas duas sociedades e correlacionando o declínio do estado de bem-estar social à emergência do que ele vai designar como a nova *cultura do controle* (GARLAND, 2001).

O sociólogo inglês Nikolas Rose é outro herdeiro da perspectiva genealógica no desenvolvimento analítico e empírico do conceito, também foucaultiano, de *governamentalidade*. Rose identifica uma espécie de ruptura entre o território de governo constituído como o *social*, a partir do início do século XX, e um novo espaço conceitual, a *comunidade*, que implica novas formas de assujeitamento e subjetividades (ROSE, 1996). Judith Butler (2015) também recorre à genealogia de Foucault para introduzir a noção de performatividade ao gênero, denunciando a operação de poder-saber que o definiu desde a modernidade: a produção heteronormativa de sua fixidade e sua binaridade.

Estudos pós-coloniais

Ainda outro diálogo da sociologia histórica se faz com os estudos pós-coloniais. Por muito tempo a sociologia histórica focalizava principalmente a Europa, tratada como o espaço em que o mundo moderno emergiu, sem levar em conta as relações entre a Europa e o resto do mundo. Hoje, muitos pesquisadores reconhecem a importância das relações coloniais e neocoloniais, inclusive para a compreensão da própria Europa. Certamente, uma vez que reconhecemos que o desenvolvimento do capitalismo e a formação dos Estados na Europa coincidiram com a conquista de impérios por estes

mesmos Estados, nunca mais é possível pensar na Europa separada do resto do mundo (COOPER, 2005). O diálogo entre a sociologia histórica e os estudos pós-coloniais já levou a questionamentos importantes a respeito do eurocentrismo da sociologia histórica, por um lado, e, por outro, das tendências generalizantes dos estudos pós-coloniais e sua ênfase central na análise de discurso, especialmente os discursos registrados em textos (GO, 2013; LOOMBA, 2015, pp. 39-111).

A sociologia histórica aproveita vários tipos de métodos e fontes para analisar a interação de múltiplos processos sociais ao longo do tempo e a variedade das trajetórias históricas resultantes, sem privilegiar a priori nenhuma dimensão da vida social. Por isso, os sociólogos históricos tendem a questionar a primazia atribuída por muitos autores pós-coloniais à análise de discursos e textos, além de discordar das tendências de interpretar toda a história moderna a partir de contrastes entre “the West and the Rest”, nas palavras de Stuart Hall (1996), e de tratar todo o pensamento ocidental a partir do século XVIII como permutações de um conjunto básico de categorias e oposições mestres, originárias do Iluminismo.

Vários autores pós-coloniais, e do campo aliado de estudos subalternos, prestam atenção à diversidade dos povos colonizados e suas formas de resistência (CHAKRABARTY, 2000), mas, como o sociólogo Vivek Chibber (2013) enfatiza, geralmente contrastam esses povos com uma construção abstrata e homogênea do desenvolvimento europeu, em que a burguesia supostamente liderou a luta pelos direitos civis e pela democracia, assim subestimando radicalmente a diversidade das trajetórias europeias e o papel das lutas populares, muitas vezes anticapitalistas, na conquista dos direitos de cidadania e na democratização. Portanto, segundo Chibber, quando alegam que as ideias europeias não se aplicam ao resto do mundo, os autores pós-coloniais contrastam o mundo colonizado com uma Europa que nunca existiu e reproduzem o orientalismo em nova forma, sublinhando a alteridade radical dos povos colonizados, que supostamente não valorizam conquistas ocidentais como direitos e democracia.³

O sociólogo histórico Julian Go (2013) se identifica bem mais que Chibber com os estudos pós-coloniais, mas enfatiza as relações entre colonizado-

3 Com sua análise da colonização do interior da Europa, Miles (1993) também questiona generalizações sobre as relações entre Europa e o resto do mundo.

res e colonizados em vez de os contrastes entre eles, tal como o historiador Frederick Cooper (2005), cujos argumentos e métodos são muito próximos à sociologia histórica. Para ambos os autores, o mundo moderno – inclusive o capitalismo e a democracia liberal – emergiu das relações entre metrópoles e colônias. Por exemplo, noções de direitos universais “do homem” institucionalizados na Revolução Francesa só podem ser compreendidas adequadamente se levarmos em conta a Revolução do Haiti, que forçou a Assembleia Nacional a enfrentar a questão da escravidão nas colônias. Na sua análise da descolonização da África francesa, Cooper salienta que os ativistas e movimentos africanos usaram as noções universalistas de direitos, derivadas do Iluminismo, como armas anticoloniais potentes, assim transformando seus significados. Para Go, a industrialização britânica também tem tudo a ver com o colonialismo, na forma não somente de riqueza e matérias primas extraídas de outras partes do mundo, mas também das contribuições técnicas da indústria têxtil da Índia.

Hoje, a sociologia histórica é um dos subcampos da sociologia que mais dialoga com os estudos pós-coloniais, o que está levando não somente a novas abordagens a respeito de questões antigas, como o desenvolvimento do capitalismo e do Estado, mas também a pesquisas sobre as relações entre o colonialismo e o desenvolvimento da própria sociologia (STEINMETZ, 2013).

Debilidades teóricas e metodológicas e as novas fronteiras da sociologia histórica

Com a proliferação de abordagens e objetos de estudo nas últimas décadas, a sociologia histórica perdeu o núcleo central de questões e abordagens mais ou menos marxistas que norteavam o campo nos anos sessenta e setenta. Uma debilidade central dessa área hoje é a falta de uma teoria clara da sociologia processual, capaz de integrar a grande variedade de objetos de estudo e níveis de análise. Algumas das fronteiras mais interessantes da sociologia histórica hoje abordam justamente como pensar processos, junto com as questões correlatas das relações entre processos cotidianos e institucionais, e entre reprodução e mudança social.

A abordagem dos mecanismos é vista por alguns como uma maneira de dar conta da variabilidade das dinâmicas sociais sem recair no historicis-

mo puro, em que tudo que acontece é produto das condições e sequências de eventos de determinado contexto e nenhuma generalização sociológica é possível. Na formulação de Charles Tilly (1998; 2001; 2005), um dos principais expoentes da abordagem dos mecanismos, existem regularidades sociais, mas estas ocorrem em nível das “transações”, ou relações entre atores, sejam indivíduos, coletividades ou organizações. Segundo Tilly, as transações do mesmo tipo produzem as mesmas consequências em uma ampla variedade de contextos, ou até universalmente. É a conjunção de um tipo de transação e suas consequências invariantes que constituem um “mecanismo”. Os diferentes mecanismos combinam-se de muitas maneiras ao longo do tempo, em sequências que definem processos sociais amplamente variados. É possível identificar processos típicos de determinada época ou tipo de contexto, mas a natureza dos processos sempre pode se alterar com a mudança no conjunto de mecanismos e seu sequenciamento. Esta abordagem relacional resolve, em nível abstrato, o problema da produção de processos sociais infinitamente variados a partir de regularidades cientificamente definíveis, mas desconsidera o problema da construção social do ator (STEINMETZ, 2010). Se os atores são produtos do contexto social, e suas percepções influenciam suas atividades nas relações sociais, os mecanismos não podem ser tão invariantes assim.

Levando em conta a construção social do ator, Giddens (1984) fornece o início de uma teoria das relações entre processos estruturais e vida cotidiana. Tal como Bourdieu, Giddens enfatiza a internalização das estruturas, na forma de categorias cognitivas e regras generativas da ação, que permitem a instanciação das estruturas sociais nas rotinas cotidianas de interação.

A partir de uma síntese de Giddens, Sahlins e Bourdieu, William H. Sewell Jr. fornece o que provavelmente é a teoria mais completa disponível hoje das relações entre reprodução e mudança social. Em um artigo pioneiro (1992 - republicado em Sewell, 2005), ele sistematiza e critica as noções de estrutura de Giddens, enfatizando as relações entre os aspectos virtuais e materiais de estrutura. Os esquemas internalizados, o que Giddens denomina “regras” e Bourdieu chama de “habitus”, definem os objetos, pessoas ou instituições no mundo que servem como recursos, ao mesmo tempo em que a natureza dos recursos reforça os esquemas da ação, e mudanças na quantidade e qualidade dos recursos disponíveis podem levar a mudanças nos esquemas que as pessoas usam para mobilizar tais recursos.

Sewell também desenvolve o argumento de que as transposições dos esquemas, ou do habitus, entre situações específicas implicam muito mais possibilidades para mudança social do que Bourdieu reconhece, principalmente porque o mesmo indivíduo internaliza esquemas distintos, e parcialmente contraditórios, em âmbitos institucionais diferentes, e qual esquema será acionado em uma situação nova sempre é um tanto incerto e envolve a criatividade humana⁴. As transposições dos esquemas a situações novas trazem consequências parcialmente imprevisíveis para os recursos, que por sua vez reforçam ou não aspectos distintos dos esquemas internalizados. Usos novos dos esquemas são particularmente prováveis nas interseções ou fronteiras entre esferas institucionais, onde pode acontecer a transposição de esquemas entre circunstâncias estruturais distintas. Os esquemas de ação de uma mãe, por exemplo, podem ter um conjunto de consequências no âmbito da família, e outras consequências quando acionados por mulheres ativistas que pressionam o governo por mudanças nas políticas públicas (SKOCPOL, 1992). Nas interseções das esferas de família e política, vários esquemas, parcialmente contraditórios – ideológicos, de gênero, de maternidade, de coligações políticas e de cálculos econômicos - podem ser acionados, e as consequências dessa interação complexa entre vários esquemas e vários tipos de atores nunca são totalmente previsíveis.

Sewell desenvolve mais essas ideias e suas implicações para o entendimento da mudança social no livro *Logics of history* (2005). Boa parte de sua análise parte de uma reelaboração dos escritos do antropólogo Marshall Sahlins, que Sewell critica por sua noção monolítica de estrutura, a qual só muda em resposta a acontecimentos excepcionais, originários de fora da cultura focalizada, como a chegada ao Havaí do Capitão Cook, analisada em detalhe em vários escritos de Sahlins (1981; 1985). Além das interações parcialmente imprevisíveis de estruturas - parcialmente sobrepostas, mas diferenciadas, consistindo de esquemas e recursos, que se reforçam mutuamente – as trajetórias únicas das pessoas entre múltiplas estruturas formam esquemas de percepção e ação que nunca são idênticos aos de outras pessoas do mesmo grupo social, o que cria muito mais possibilidades para a mudança no processo de reprodução das estruturas que Sahlins reconhece.

4 Lahire (2005, orig. 1998) desenvolveu ideias semelhantes sobre a segmentação e as contradições do habitus em, mais ou menos, mesma época.

Um evento, neste esquema de pensamento, é um acontecimento que resulta em mudanças estruturais. Para Sewell, sempre acontecem “rupturas” na ordem social vigente, como ideias dissidentes ou atos de não conformidade, mas estas geralmente são contidas, pela autocensura, pelo descaso dos outros, pelo controle informal ou por autoridades. Um evento é particularmente provável quando uma ruptura ressoa entre várias esferas institucionais, criando uma série de rupturas em estruturas distintas que se reforçam mutuamente, o que é mais provável para rupturas nas fronteiras ou interseções entre âmbitos institucionais distintos. Quando novos tipos de relações entre estruturas emergem, as consequências da ação humana para os recursos disponíveis se tornam mais imprevisíveis, o que por sua vez resulta em mudanças nas estratégias de ação. O clima de incerteza suscita fortes emoções e facilita a experimentação, cujas consequências podem levar a novas definições coletivas da situação e novos esquemas de ação. Mudanças conjuntas nos esquemas e nos recursos são transformações das estruturas.

O que conta como uma mudança estrutural significativa é sempre relativo aos interesses teóricos ou práticos do observador. Eventos podem ocorrer em vários níveis, eventos de diferentes tipos e durações podem se sobrepor e sempre pode haver eventos menores dentro dos grandes eventos. Uma mudança estrutural em um nível pode até contribuir para a reprodução de uma estrutura em outro nível. Entretanto, no seu exemplo central da tomada da Bastilha e da emergência da categoria “revolução popular” na França, Sewell acaba aceitando a delimitação de um evento reconhecido pelos atores envolvidos, que é outra maneira de definir os eventos. Poucos dias depois do fato, a importância simbólica da tomada da Bastilha foi reconhecida pela Assembleia Nacional, que reconheceu e legitimou o novo conceito de revolução popular legítima (SEWELL, 2005, pp. 232-244).

Embora Sewell forneça a mais completa teoria de mudança social disponível hoje, ainda há muito para fazer. Esta abordagem funciona melhor para a análise de mudanças sociais relativamente rápidas; também se aplica melhor a mudanças em estruturas centralizadas, como o Estado. É menos óbvio como usar este aparato teórico para elucidar as mudanças estruturais em instituições descentralizadas e dispersas, como a família, ou transformações sociais graduais, durando talvez séculos, que só posteriormente são reconhecidas como mudanças significativas por historiadores ou outros.

Elias (1991; 1996) focaliza o problema da mudança social em longo prazo, salientando a contribuição do habitus individual e coletivo à estabilidade e continuidade social. O habitus, cujas camadas mais fundamentais são moldadas pelas primeiras experiências, é relativamente resistente a mudanças e tende a reproduzir aspectos importantes de arranjos sociais mesmo em períodos de mudança rápida. As mudanças maiores do habitus, portanto, tendem a acontecer na sucessão das gerações e não dentro do indivíduo.

Abbott (2016) complementa esta abordagem, observando que o passado vive no presente de duas formas gerais. Uma é o passado “codificado” nos arranjos institucionais, nas rotinas e no ambiente físico. Embora não use o termo habitus, Abbott enfatiza que o passado também se codifica no indivíduo, na forma do conhecimento, das habilidades, dos gostos, das disposições e estratégias de ação, e até na conformação física do corpo, influenciado pelo passado de nutrição, atividade e doenças. A outra maneira em que o passado continua no presente é na forma de memórias, que integram as identidades e influenciam as estratégias de ação. A memória institucional é dispersa nas mentes de todos os participantes, cada um com fragmentos diferentes, moldados por sua experiência e pontos de vista específicos. A memória também está materializada na forma de escritos e outros registros do passado, mas estes só conservam alguns aspectos da memória institucional ou individual. De maneira geral, as rotinas e memórias institucionais se renovam a um ritmo mais rápido que o tempo de vida dos indivíduos. Portanto, as instituições tendem a mudar mais rapidamente que o habitus individual. O descompasso entre mudança do habitus e mudança institucional aumenta com o aumento de expectativa de vida da população.

Em vários artigos, Abbott (2001; 2016), cujas pesquisas têm focalizado principalmente as carreiras e os campos profissionais, também aprofunda a discussão da identificação e duração dos eventos, seu sequenciamento e suas sobreposições. Muitas das sequências consistem em trajetórias ou etapas previsíveis por natureza ou previamente definidas por regras institucionais, como o processo biológico de envelhecimento, as etapas de uma carreira profissional ou, para um Estado, a sequência de eventos políticos envolvidos nas eleições e nas trocas de governo. Entretanto, também há “pontos de virada”, em que as possibilidades são muito mais abertas, que tipicamente são momentos de transição entre uma trajetória e outra: para um indivíduo, pode ser a transição entre escola e mercado de trabalho, uma mudança de carreira

depois de perder o emprego ou a transição entre parceiros conjugais. Para um Estado, pode ser a transição entre regimes políticos, como um processo de democratização ou um golpe de Estado. Em nível coletivo, os pontos de virada correspondem aproximadamente ao que Sewell chama de “eventos”.

Questões emergentes

Novas questões e frentes de pesquisa emergem dos debates recentes, inclusive com respeito aos fundamentos das ciências sociais. A sociologia histórica hoje está bem posicionada para mediar as disputas entre abordagens realistas e construtivistas. Isso é, em boa parte, porque tende a resistir a todas as formas de reducionismo, orientando-se para a compreensão de situações históricas específicas, decorrentes de combinações complexas de vários processos sociais. Muitos sociólogos históricos hoje se engajam seriamente com o construtivismo, especialmente aqueles que pesquisam questões de gênero ou pós-coloniais, mas sem perder de vista a agência humana, a vida material e os processos sociais que funcionam independentemente das representações coletivas e das percepções dos atores. Esses pesquisadores tentam elucidar as interpenetrações e as relações cambiáveis entre, por um lado, os processos de construção histórica das categorias cognitivas e identitárias, e, por outro lado, fenômenos relacionais, demográficos, econômicos, ecológicos e biológicos, tais como redes sociais, violência física, mercados, taxas de fertilidade, desastres naturais e doenças. Se existir uma postura epistemológica predominante na área, seria próxima ao realismo crítico de Bhaskar (COLLIER, 1994; STEINMETZ, 1998; 2010). Um exemplo dessa resistência ao reducionismo é a crítica de Sewell, um especialista na análise simbólica, aos pesquisadores influenciados pelo estruturalismo antropológico, como Sahlins, por desconsiderar as consequências culturais dos recursos materiais, que são definidos por esquemas culturais, mas não são redutíveis a eles (SEWELL, 2005, pp. 145-151).

Acreditamos que também é importante aprofundar o diálogo com o campo de Letras sobre a representação narrativa de sequências de eventos. Uma narrativa não é somente uma cronologia, mas mostra como os eventos se relacionam entre si. Nas narrativas históricas, teorias distintas implicam enredos diferentes para a mesma sequência de eventos, enfatizando pontos de virada, ou eventos decisivos, diferentes, e processos causais distintos relacionando os eventos. As teorias distintas também podem apontar atores

chaves diferentes, sejam eles individuais ou coletivos, e diferenças nas circunstâncias que condicionam ou motivam determinada sequência de eventos. Com a identificação dos elementos decisivos nas narrativas elaboradas a partir de cada abordagem teórica, teremos subsídios para comparar essas narrativas sistematicamente e investigar até que ponto cada teoria é coerente com a evidência disponível.⁵

Teorias de narrativa também explicitam como contar a história desde vários pontos de vista simultaneamente, o que é importante para a análise da interação de grupos e atores distintos ao longo do tempo. Com o declínio, a partir da década de 1980, de abordagens estruturais na sociologia histórica, em que os interesses e as disposições dos atores eram simplesmente inferidos da sua posição estrutural, há cada vez mais pesquisas focalizando como os atores entendem sua situação, definem seus interesses e elaboram estratégias de ação. Com isso, entender e relatar de maneira inteligível os pontos de vista de atores com identidades e posições sociais distintas se torna uma tarefa central para as pesquisas nessa área.

Finalmente, Hayden White (1973) nos alerta sobre as convenções culturais que influenciam a percepção de narrativas como convincentes e satisfatórias e que podem variar ao longo do tempo e entre disciplinas acadêmicas. Precisamos ficar atentos para não aceitar sem avaliação crítica as narrativas que se conformem às expectativas de nossa disciplina ou de nossa época. As narrativas da mudança social predominantes na sociologia geralmente se propulsionam por alguma força central, tal como conflito de classes, racionalização, civilização ou secularização. Por outro lado, os historiadores tendem a enfatizar as conjunções únicas de várias forças em situações específicas. A sociologia histórica recente tende a sintetizar as formas narrativas da sociologia e da historiografia, enfatizando a interação complexa de vários processos sociais, mas sem abrir mão da teoria e da generalização circunscrita.

Com é um subcampo ainda incipiente no Brasil, ainda há muito que a sociologia histórica e processual poderia contribuir para a compreensão da realidade social do país. Além disso, pesquisas históricas sobre a realidade brasileira podem oferecer subsídios importantes ao esforço internacional para o desenvolvimento de teorias sociais menos eurocêntricas.

5 A referência fundamental sobre a análise da narrativa é Barthes 1985. Phelan e Rabinowitz (org.) (2005) incluem discussões de várias abordagens na área.

Referências

- ABBOTT, Andrew. (2001), *Time matters: on theory and method*. Chicago: University of Chicago Press.
- ABBOTT, Andrew. (2016), *Processual sociology*. Chicago: University of Chicago Press.
- ADAMS, Julia; CLEMENS, Elisabeth S.; ORLOFF, Ann Shola. (2005), Introduction: Social theory, modernity, and the three waves of historical sociology. In: ADAMS, J.; CLEMENS, E. S.; ORLOFF, A. S. (org.). *Remaking modernity: politics, history and sociology*. Durham, NC: Duke University Press. pp. 1-72.
- ASSMANN, Jan; CZAPLICKA, John. (1995), “Collective memory and cultural identity”. *New German Critique*, n. 65, Spring – Summer, pp. 125-133.
- BAERT, Patrick; SILVA, Filipe Carreira da. (2014), *Teoria Social Contemporânea*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- BARTHES, Roland. (1985), Introduction à l’analyse structurale des récits. In: BARTHES, R. *L’aventure sémiologique*. Paris: Éditions du Seuil. pp. 167–206.
- BENDIX, Reinhard. (1974), *Work and authority in industry: ideologies of management in the course of industrialization*. Berkeley: University of California Press.
- BENDIX, Reinhard. (1976), *Nation building and citizenship*. 2. ed. Berkeley: University of California Press.
- BUTLER, Judith. (2015), *Problemas no gênero*. Feminismo e Subversão da Identidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CALHOUN, Craig. (1996), “The rise and domestication of historical sociology”. In: MCDONALD, Terrence J. (org.). *The historic turn in the human sciences*. Ann Arbor: University of Michigan Press. pp. 305 – 338.
- CALHOUN, Craig. (2003), Afterword: why historical sociology? In: DELANTY, G.; ISIN, G. F. (org.). *Handbook of historical sociology*. Londres: Sage. pp. 383-394.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (2011), *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 6. ed. São Paulo: Civilização Brasileira.
- CHAKRABARTY, Dipesh. (2000), *Provincializing Europe: Postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press.
- CHIBBER, Vivek. (2013), *Postcolonial theory and the specter of capital*. London: Verso.
- COLLIER, Andrew. (1994), *Critical realism: An introduction to Roy Bhaskar’s philosophy*. London: Verso.

- COOPER, Frederick. (2005), *Colonialism in question: theory, knowledge, history*. Berkeley: University of California Press.
- DOSSE, François. (2012), “História do tempo presente e historiografia”. *Revista Tempo e Argumento*, v. 4, n. 1, pp. 5-23.
- ELIAS, Norbert. (1991), *The society of individuals*. New York: Continuum.
- ELIAS, Norbert. (1996), *The Germans: power struggles and the development of habitus in the nineteenth and twentieth centuries*. New York: Columbia Univ. Press.
- FERNANDES, Florestan. (1978), *A integração do negro na sociedade de classes*, 2 vols. 3. ed. São Paulo: Ática.
- FOUCAULT, Michel. (1993 [1961]), *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva.
- FOUCAULT, Michel. (2006 [1963]), *O Nascimento Clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, Michel. (1987 [1969]), *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, Michel. (1985 [1975]), *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.
- FOUCAULT, Michel. (1988 [1976]), *História da Sexualidade – I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, Michel. (1988b [1984]), *História da Sexualidade – II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, Michel. (1985 [1984]), *História da Sexualidade – III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, Michel. (2003), *Ditos e Escritos, vol. IV*. São Paulo: Editora Forense Universitária.
- GARLAND, David. (2001), *The Culture of Control. Crime and social order in contemporary society*. Chicago: University of Chicago Press.
- GARLAND, David. (2014), “O que Significa Escrever uma ‘História do Presente’? A abordagem Genealógica de Foucault Explicada”. *Revista Justiça e Sistema Criminal*, v. 6, n. 10, pp. 73-96.
- GIDDENS, Anthony. (1984), *The constitution of society*. Berkeley: University of California Press.
- GIESEN, Bernhard; JUNGE, Kay. (2003), “Historical memory”. In: DELANTY, Gerard; ISIN, Engin F. (org.). *Handbook of Historical Sociology*. Londres: Sage. pp. 326-336.
- GO, Julian. (2013), “For a postcolonial sociology”. *Theory and Society*, v. 42, n. 1, pp. 25–55.

HALL, Stuart. (1996), *The West and the Rest: discourse and power*. In: HALL, Stuart et al. (org.). *Modernity: an introduction to modern societies*. Oxford: Blackwell. pp 185-227.

IANNI, Octavio. (1988), *As metamorfoses do escravo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Scientia et Labor.

LAGROU, Pieter. (2013), «De l'histoire du temps présent à l'histoire des autres. Comment une discipline critique devint complaisante». Vingtième Siècle. *Revue d'histoire*, v. 118, n. 2, pp. 101-119.

LAHIRE, Bernard. (2005), *L'homme pluriel: les resorts de l'action*. Paris: Armand Colin.

LIPSET, Seymour Martin. (1963), *The first new nation: the United States in historical and comparative perspective*. New York: Basic Books.

LIPSET, Seymour Martin; RAAB, Earl. (1978), *The politics of unreason: right wing extremism in America, 1790-1977*. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press.

LOOMBA, Ania. (2015), *Colonialism/postcolonialism*. 3. ed. London: Routledge.

MILL, John Stuart. (1882 [1843]), *A system of logic, ratiocinative and inductive*. New York: Harper and Brothers.

MANNHEIM, Karl. (1936), *Ideology and utopia*. London: Routledge.

MILES, Robert. (1993), *Racism after 'race relations'*. London; New York: Routledge

MONSMA, Karl. (2016), "A nova sociologia histórica: contextos, trajetórias, eventos e complexidade na análise da mudança social". In: RIBEIRO, Maria Thereza Rosa (org.). *Dimensão histórica da sociologia: dilemas e complexidade*. Curitiba: Appris. pp. 55-99.

MOORE Jr., Barrington. (1983 [1966]), *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. trad. Maria Ludovina Figueiredo Couto. São Paulo: Martins Fontes.

MOORE Jr., Barrington. (1987 [1978]), *Injustiça: As bases sociais da obediência e da revolta*. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Editora Brasiliense.

OPPENHEIMER, Franz. (1914), *The State: its history and development viewed sociologically*. Indianapolis: Bobbs-Merrill.

PHELAN, James; RABINOWITZ, Peter J. (org.). (2005), *A companion to narrative theory*. Malden, MA: Blackwell.

POLLAK, Michael. (1992), "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, pp. 200-212.

- ROSE, Nikolas. (1996), "The death of the social: Re-configuration the territory of government". *Economy and Society*, v. 25, n. 3, August, pp. 327-356.
- SAHLINS, Marshall. (1981), *Historical metaphors and mythical realities: early history of the Sandwich Islands Kingdom*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- SAHLINS, Marshall. (1985), *Islands of history*. Chicago: University of Chicago Press.
- SKOCPOL, Theda. (1979), *States and social revolutions: a comparative analysis of France, Russia and China*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SKOCPOL, Theda. (1992), *Protecting soldiers and mothers: the political origins of social policy in the United States*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- STEINMETZ, George. (1998), "Critical realism and historical sociology: A review article". *Comparative Studies in Society and History*, v. 40, n. 1, pp. 170-186.
- STEINMETZ, George. (2009), "Ideas in exile: refugees from Nazi Germany and the failure to transplant historical sociology into the United States". *International Journal of Politics, Culture and Society*, v. 23, n. 1, pp. 1-27.
- STEINMETZ, George. (2010), "Charles Tilly, historicism, and the critical realist philosophy of science". *American Sociologist*, v. 41, n. 4, pp. 312-336.
- STEINMETZ, George (org.). (2013), *Sociology and empire: the imperial entanglements of a discipline*. Durham, NC: Duke University Press.
- SEWELL Jr., William H. (1992), A theory of structure: duality, agency and transformation. *American Journal of Sociology*, v. 98, 1-29.
- SEWELL Jr., William H. (2005), *Logics of history: social theory and social transformation*. Chicago: University of Chicago Press.
- SOMBART, Werner. (1915), *The Jews and modern capitalism*. New York: E. P. Dutton.
- SOMBART, Werner. (1967), *Luxury and capitalism*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- TILLY, Charles. (1986), *The contentious French: four centuries of popular struggle*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- TILLY, Charles. (1996 [1992]), *Coerção, capital e Estados europeus, 1990-1992*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EdUSP.
- TILLY, Charles. (1998), *Durable inequality*. Berkeley: University of California Press.

TILLY, Charles. (2001), Mechanisms in political processes. *Annual Review of Political Science*, v. 4, pp. 21-41.

TILLY, Charles. (2005), *Identities, boundaries and social ties*. Boulder, CO: Paradigm Publishers.

WEBER, Alfred. (1951), *Kulturgeschichte als Kultursoziologie*. Munique: Piper Verlag.

WHITE, Hayden. (1973), *Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

WOLFF, Kurt H. (org.). (1993), *From Karl Mannheim*. 2. ed. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.